

Perspectiva do Currículo no Processo de Alfabetização

Emmily Cristina Firmino de Souza
Universidade do Estadual do Rio Grande do Norte
emmilycristina@hotmail.com

Franciele de Azevêdo Rangel
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Franciele.uern@gmail.com

Larissa Feitosa Moura
Universidade do Estadual do Rio Grande do Norte
lfm141997@hotmail.com

Resumo: A pesquisa vigente apresenta uma discussão acerca do currículo na perspectiva de alfabetização, trazendo como principal referência curricular a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que caracteriza-se por ser um documento de caráter normativo que norteia os conteúdos propostos no processo educativo, visando uma uniformidade destes conteúdos na totalidade territorial do Brasil, objetivando promover uma plenitude no progresso de aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver durante as etapas e modalidades da educação básica, buscando promover um equilíbrio na educação de todo o país. Dentro desta perspectiva, o estudo corrente, visa analisar a proposta da BNCC referenciando-se em autores que discutem currículo, como Chartier (2000), Moreira e Candau (2007), Mello (2007) Moreira e Silva (1994), e também na ótica da alfabetização como, Ferreiro e Teberosky (1979) e Mortatti (2000), trazendo um estudo crítico reflexivo a respeito do tema discutido, buscando uma ressignificação de conceitos baseados nos contextos atuais vivenciados nas salas de aula. A investigação também traz uma visão panorâmica dos métodos alfabetizadores utilizados em locus de ensino, a BNCC propõe que a iniciação do processo de alfabetização seja iniciado durante a educação infantil e perdure pelos dois primeiros anos das séries iniciais, onde deve ocorrer a consolidação do processo alfabetizador, onde o docente deve mediar esse encadeamento educacional. Na conjuntura contemporânea, discute-se propostas inovadoras, como o Construtivismo, no entanto, na prática docente corriqueira, vislumbra o uso dos métodos tradicionais de alfabetização (Sintético e Analítico), diante da importância da alfabetização, a pesquisa traz considerações a respeito da linguística geral, o que em tempos passados tratava alfabetização apenas como decodificação do código linguístico, hoje o debate se estende muito além desse conceito, englobando todo o saber/fazer do sujeito para realizar leituras de elementos existentes em seu cotidiano, bem como a atuação desses métodos na sistematização do processo de ensino aprendizagem dos educandos.

Palavras-chaves: Alfabetização, Currículo, Processo Alfabetizador.

1. Introdução

O tema que iremos discorrer nesta pesquisa envolve a perspectiva do currículo no contexto da alfabetização. O currículo nessa perspectiva visa assegurar uma sequência lógica de conteúdos para que a criança consiga assimilar os conteúdos de forma positiva sendo norteado pela Base Nacional Curricular Comum.

Abordaremos também os métodos tradicionais de alfabetização, o sintético e o analítico, a saber, o analítico e o sintético que desde há dois séculos aqui no Brasil são discutidos para os processos da leitura e escrita na concepção de métodos de alfabetização e que, apesar do modelo construtivista em voga atualmente, esses métodos ainda persistem em sala de aula. Ao decorrer de décadas, o conceito de alfabetização tem se modificado, para corresponder às necessidades de um contexto social cambiante. Nessa busca de aperfeiçoamento, muitos métodos e processos de alfabetização foram criados, modificados e adaptados para um melhor desenvolvimento do processo de ensino. O estudo corrente, tem por objetivo analisar a proposta curricular que envolve o contexto de alfabetização, como os conteúdos estão dispostos, bem como a influência da Base Nacional Curricular Comum como instrumento norteador do processo de assimilação do ensino/ aprendizagem dos estudantes.

2. Metodologia

A pesquisa vigente teve como metodologia utilizada a de caráter bibliográfico, utilizando artigos científicos e documentos para subsidiar os estudos e investigações acerca da temática referida no texto, a qual aborda a perspectiva do currículo no processo alfabetizador, na busca de compreender como se orienta o processo de alfabetização bem como a Base Nacional Curricular Comum para direcionar a formação do currículo para atender o processo de ensino dos estudantes. O interesse pela temática surgiu a partir de discussões em sala de aula durante o curso do 4º período de graduação de pedagogia, em que se viu a necessidade de um aprofundamento no quesito currículo na perspectiva de alfabetização, uma vez que o eixo alfabetizador encontra-se fortemente inserido no contexto social contemporâneo.

3. Percepção do Currículo no Processo de Alfabetização

3.1 Currículo no ciclo de alfabetização

O processo de alfabetização perpassa por diversas práticas de leitura e escrita, desde o ato de decifração do código linguísticos até o processo de leitura de portadores de textos que circundam o âmbito e contexto social vividos, essas práticas podem ser desenvolvidas em diversos lugares distintos, desde o seio familiar, trabalho, igreja, na escola, sendo que o meio escolar é o responsável oficial pelo método de ensino

aprendizagem da leitura e da escrita, e mesmo nesse contexto o ensino apresenta uma gama de diversidade muito extensa. O autor Chartier (2000), destaque dentro de vários eixos as mudanças das práticas de ensino, que vai desde a modificação das definições de conteúdo a serem trabalhados a organização do trabalho pedagógico, onde essas mudanças são de caráter didático, que condiz a mudanças pedagógicas. Deste modo, ao longo da nossa história, as diferentes práticas de alfabetização faz menção ao ensino da leitura e da escrita.

As modificações realizadas dentro das práticas alfabetizadoras e mediante a outras áreas de conhecimento têm ligação com as mudanças ocorridas no currículo, pois a partir disso ocorre a transgressão das sequências de conteúdo a serem trabalhados. Para Moreira e Silva (1994) o currículo não atua como sendo um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas como um lugar em que ativamente em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura, diante dessa concepção, entende-se que o currículo refere-se a criação, recriação, contestação e transgressão.

Na perspectiva de Moreira e Candau (2007), discute-se acerca do tema currículo abordando vários aspectos significativos como o conhecimentos escolares, levando em consideração as relações sociais e o meio em que o indivíduo está inserido durante esse processo de ensino-aprendizagem, visando as transformações dos alunos, tentando inculcar valores e construir novas identidades. Os autores, ao discutir sobre currículo, referem-se a “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes” (p. 18)

A democratização do acesso à escola atingiu índices preocupantes em 1970, pois o sistema escolar era excludente e atendia de forma efetiva a uma pequena parcela da população.

- O meio ao quais os indivíduos estão inseridos é um fator primordial que influencia de forma significativa no desenvolvimento das capacidades cognitivas e intelectuais de cada sujeito.
- As crianças que cometiam erros e concluíam o ano sem o domínio do código escrito, engrossavam as estatísticas cada vez mais crescentes de repetência e evasão escolar, sendo “excluídos” em seus direitos de aprendizagem da leitura e da escrita.
- As crianças que apresentavam necessidades especiais eram segregadas em salas específicas e muitos dos alunos que fracassavam nas salas de aulas regulares eram avaliados como “deficientes”.

A temática da exclusão/inclusão educacional passou a ganhar força em 1980- a “Educação Inclusiva”.

- O aprendiz conquista o lugar social de um sujeito de direitos e a educação inclusiva viabiliza a efetivação da sua cidadania à medida que busca respeitar as peculiaridades de cada sujeito por meio de práticas de ensino acessíveis.
- Nessa direção, um currículo multicultural implica em propostas curriculares inclusivas que compreendem as diferenças e valorizam os alunos em suas especificidades, seja cultural, linguística, étnica ou de gênero, o que amplia o acesso à alfabetização a um maior número de crianças, além de respeitar os seus direitos de aprendizagem.

Por volta da década de 1980, as discussões que circulavam referentes aos procedimentos de alfabetização abrangiam principalmente as contestações referentes a qual método de alfabetização seria mais eficaz para ensinar a ler e escrever, que compreendiam os métodos tradicionais de alfabetização (sintético e analítico), apesar de distinguirem-se entre si, pois o método sintético parte do fragmento para o todo, numa sequência crescente (letra, sílaba, palavra, frase), já o método analítico segue a sequência metodológica inversa, do todo para as partes (texto, frase, palavra, sílaba, letra), ambos funcionavam a partir da prática de repetição e memorização para codificação e decodificação da língua. Desse modo, o estudante encontrava-se como sujeito passivo e receptor de conhecimentos, enquanto o professor apresentava-se como sendo o detentor dos saberes.

[...] o modelo tradicional associacionista da aquisição da linguagem é simples: existe na criança uma tendência à imitação (tendência que as diferentes posições associacionistas justificarão de maneira 10 variada), e no meio social que a cerca (os adultos que a cuidam) existe uma tendência a reforçar seletivamente as emissões vocálicas da criança que correspondem a sons ou pautas sonoras complexas (palavras) da linguagem própria desse meio social (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 21).

As cartilhas relacionadas a esses métodos passaram a ser amplamente utilizadas como livro didático para o ensino nessa área (MORTATTI, 2000). O processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita baseado nos métodos tradicionais de alfabetização determinava que a criança já apresentasse habilidades motoras e perceptivas, que seriam desenvolvidas durante a Educação Infantil e no primeiro

ano das séries iniciais. Nesse contexto, as atividades realizadas com relação a leitura eram dotadas de exercícios que envolviam a identificação e o traçados das letras e sílabas isoladas, limitando então o contato com a própria leitura, que se resumia basicamente na contação de histórias realizadas pela professora. Nesse contexto, a leitura e a escrita eram evitadas, e o acesso aos textos limitava-se, muitas vezes, à prática de contar histórias realizada pela professora.

No entanto, com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de uma modificação nos processos para que houvesse um melhor aproveitamento dos conteúdos ensinados, e que as crianças pudessem agregar conhecimentos dentro das salas de aula, e não ficassem apenas recebendo informações, que muitas das vezes não atribuíam sentido quando questionado com suas vivências diárias, foi a partir de Emília Ferreiro que as modificações passaram a ocorrer de fato.

Ferreiro afirma ter feito uma revolução conceitual a respeito da alfabetização, por ter mudado o eixo em torno do qual passavam as discussões sobre o tema: dos debates sobre os métodos e os testes utilizados para o ensino da leitura e da escrita para a ideia de que não são os métodos que alfabetizam, nem os testes que auxiliam o processo de alfabetização, mas são as crianças que (re) constroem o conhecimento sobre a língua escrita, por meio de hipóteses que formulam, para compreenderem o funcionamento desse objeto de conhecimento. (MELLO, 2007, p.88).

3.2 A Base Nacional Curricular Comum Na Perspectiva De Alfabetização

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

A Base Nacional Curricular Comum não trata a alfabetização como um tópico particular, a temática encontra-se inserida dentro das etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Figura 1 – Etapas da Base Nacional Curricular



Figura ilustrativa

Segundo a (BNCC 2011), durante a Educação Infantil deve ser tratado o processo de inicialização a leitura, a criança deve ser apresentada e familiarizada com diversos gêneros de textos escritos, para que elas possam ir construindo hipóteses referentes a escrita, iniciando o processo de grafias livres, que começam com rabiscos e garatuñas, mas que já apresentam indícios da relação da escrita com a oralidade, bem como a explanação de artifícios que incentivem o desejo pela leitura e a ajuda na compreensão de portadores de textos que circulam no convívio social infantil.

Desde cedo, a criança manifesta desejo de se apropriar da leitura e da escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, gêneros, suportes e portadores. Sobretudo a presença da literatura infantil na Educação Infantil introduz a criança na escrita: além do desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo, a leitura de histórias, contos, fábulas, poemas e cordéis, entre outros, realizada pelo professor, o mediador entre os textos e as crianças, propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. (BNCC, 2011, p. 40).

Quando se refere ao tempo para a conclusão do processo de alfabetização, a Base Nacional Curricular Comum, diz que os dois primeiros anos das séries iniciais devem ser voltados para a alfabetização, para que possa possibilitar ao aluno uma apropriação satisfatória da escrita alfabética, de modo que consiga desenvolver atividades em práticas diversas.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para

que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201031, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinar às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo”. (BRASIL, 2010). (BNCC 2011, p. 57)

Além de tratar da alfabetização como foco dos dois primeiros anos das séries iniciais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Curricular Comum propõe que a criança passe a ter acesso a um universo de conhecimento mais amplo, que estendem suas experiências para um âmbito multiletrado, que além da escrita alfabética introduza noções, compreensões e representações de outros saberes, como símbolos matemáticos, registros de artes e mídias, conhecimentos científicos e outros.

Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para o multiletramento e a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. (BNCC, 2011, p. 56)

3.3 O que muda no ensino?

A nova base curricular, defendida pelo governo Temer, vem trazendo novas ideias para a escola, juntamente com seis pontos essenciais para a sala de aula. Uma base determina o que ensinar, mas não como o conteúdo deve ser transmitido ao aluno. Esta, sim, é a proposta de um currículo. Com a base, cada escola ou rede pública de ensino tem a liberdade de seguir os objetivos nacionais à sua maneira, pensando suas especificidades e escolhendo seus métodos.

Apesar dessas propostas de mudança curricular, ser para melhorar a educação brasileira, alguns educadores, se posicionam contra, pois um novo currículo poderia inviabilizar algumas ações do corpo docente que atuam na rede pública de educação, tendo uma valorização maior de determinadas disciplinas, como Português e Matemática, deixando as demais em segundo plano. Como também, a redução de ano, do processo de alfabetização da criança, pois, não é levado em conta o contexto social e cultural que essas crianças estão inseridas.

Para essa mudança da base curricular acontecer, devesse levar em conta todos os contextos envolvidos, principalmente os alunos que fazem parte da educação pública, pois, a educação é a porta, para muitos alunos, de sucesso.

Figura 2 – O que muda no Ensino

AS IDEIAS CENTRAIS DA NOVA ESCOLA		COMO É		COMO SERÁ		COMENTÁRIO	
META	Como escola ou rede pública decide o que vai ensinar ao aluno.						Os pais ganham um termômetro para acompanhar os filhos e cobrar a escola.
LIVRO DIDÁTICO	O professor guia suas aulas pelo livro que ele escolhe.						A sequência do aprendizado ficará mais uniforme, lógica e bem fundamentada.
PROFESSOR	As faculdades de pedagogia priorizam a teoria em detrimento da prática.						Talvez este seja o item mais essencial para definir o sucesso da base curricular.
6 TÓPICOS DA NOVA SALA DE AULA		COMO É		COMO SERÁ			
1 ALFABETIZAÇÃO	A criança aprende a ler e escrever até o fim do 3º ano.						
2 PORTUQUÊS	Na leitura e na escrita, "pensamento crítico" é um conceito obrigatório, porém abstrato.						
3 MATEMÁTICA	Estatística e probabilidade, duas áreas de alta demanda, são, em geral, apresentadas a partir do 4º ano.						
4 LÍNGUA ESTRANGEIRA	O aluno escolhe entre inglês e espanhol.						
5 HISTÓRIA	As revoltas do período regencial são um emaranhado de datas, lugares e fatos.						
6 CIÊNCIAS	O aluno decora quais equipamentos consomem mais energia.						

Fonte: Revista Veja do mês de Abril 2017

4. Resultados e Discussão

Os resultados adquiridos durante a pesquisa apontam que o currículo está sempre em constantes mudanças e aperfeiçoamento, na finalidade sempre de adaptar as necessidades sociais que os cercam. Podemos observar que os métodos tradicionais de ensino foram utilizados por muito tempo, atuando como protagonistas da alfabetização, o uso da repetição e memorização através das cartilhas era eficiente para o contexto vivido, no entanto, com os avanços investigativos acerca das práticas alfabetizadoras, constatou-se que era necessário articular novos modelos para auxiliar no processo de ensino aprendizagem do aluno, a partir de então foram propostas novas ideias aos docentes, como por exemplo, o construtivismo, que é a abordagem metodológica atual de alfabetização utilizada no Brasil, que traz consigo propostas diferenciadas e modernas, que atendessem a criança em sua totalidade, explorando suas diversas áreas de conhecimento e, não apenas a

mecanização da aquisição do código da língua. Apesar de serem considerados “ultrapassados”, esses procedimentos tradicionais ainda atuam fortemente dentro das escolas, principalmente o processo silábico, uma ramificação do método sintético, que consiste na associação da letra a um objeto ou animal, como (“E” de Elefante), que é bastante utilizado pelos professores de educação infantil. Também se detectou que as cartilhas foram retiradas do material didático escolhido pelas escolas, e passaram a ser consideradas como ferramentas pouco ricas em atribuições contextuais para as crianças, uma vez que o conteúdo proposto por elas não apresentava uma sequência coerente e que pudesse agregar sentido ao que o estudante estivesse assimilando, portanto, com o passar do tempo foram trocando o material e descartando o uso das cartilhas. De uma forma mais ampla, pode-se observar que sempre que surgem novos mecanismos eles podem e devem ser unidos aos que estão sendo utilizados no momento, para que haja uma melhor adaptação e possa haver a opção de escolher para a melhor forma de aprendizagem dos discentes.

5. Considerações Finais

O conceito de educação sofreu alterações no decorrer das décadas o que antes era o suficiente como a uma mera decodificação linguística, hoje com as mudanças da sociedade não atende à necessidade dos sujeitos, visando isso, a Base Nacional Curricular comum propõe uma unificação de conteúdos propostos para a educação de uma forma ampla e panorâmica para todo o território nacional, diante de tais transformações podemos notar que a língua está em constante transições e é necessário que o alfabetizador tenha um olhar sobre os efeitos de metodologia. Não podemos deixar de reconhecer os pontos positivos de cada método como também suas limitações, apesar de que cada um deles teve sua relevância para o processo educacional e que cada um deve ser analisado de acordo como contexto social de sua época e que ambos tiveram seu valor para que os que surgiram posteriormente fossem alterados.

Diante do que já foi apresentado durante o transcender do trabalho é necessário que o professor esteja preparado, pois alfabetizar não é uma tarefa fácil o docente necessita de respaldo para que ele possa mediar sua prática pedagógica em sala de aula para eu seus discentes possa se desenvolver de forma plena, mesmo com uma unificação conteudista, o docente necessita de avaliar os diferentes contextos de cada região e suas especificidades, para então aplicar uma metodologia plausível que contemple as exigências da BNCC. Além disso, se faz necessário mencionar que o alfabetizador

utilize uma variação dos métodos para que um possa suprir a necessidade do outro, Portanto é preciso que o processo de alfabetização seja único para a criança, levando-a a pensar, agir, refletir e se posicionar aprendendo a ser o sujeito ativo e que constrói suas concepções sobre mundo e que não se fazem necessários à utilização de mediações mecanizadas para a conclusão do processo de ensino aprendizagem da alfabetização , mas dando oportunidades e estímulos para que as crianças demonstrem suas capacidades como ler, escrever e ter criticidade e assim assegurando seu papel na sociedade.



Referências Bibliográficas

Base Nacional Curricular Comum (2011). Disponível em:<
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2017.

CHARTIER, Anne-Marie. Réussite, **échec et ambivalence de l'innovation pédagogique**: le cas de l'enseignement de la lecture. **Recherche et Formation pour les professions de l'éducation**: Innovation et réseaux sociaux. INRP, n. 34, p. 41-56, 2000.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. **Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño**. México: Siglo XXI, 1979.

MOREIRA, Antonio Flávio B. CANDAU, Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura**. In: BEAUCHAMP, Jeanete. PAGEL, unidade 01 15 Sandra D; NASCIMENTO, Aricélia R. do. Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. O pensamento de Emilia Ferreiro sobre alfabetização. **Revista Moçambros: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, São Paulo, ano 1, n. 2, 2007. Disponível em: . Publicado em: março de 2007. Acessado em 15/10/2013.

MOREIRA, Antonio Flávio B. e SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Os sentidos da alfabetização** (São Paulo: 1876-1994). São Paulo: Ed. UNESP; CONPED, 2000.

_____. **Psicogênese da Língua escrita**. Tradução de Diana M. Linchestein e outros. Porte Alegre: Artes Médicas, 1985.

VEJA. **Eu sofri assédio Sexual**. Edição 2525, p. 64, 12 de Abril de 2017.